

MAQUIAVEL E A PÁTRIA DIVIDIDA: O PAPEL DA RELIGIÃO NO PROJETO MAQUIAVELIANO DE UNIFICAÇÃO DA ITÁLIA

MACHIAVELLI AND THE DIVIDED HOMELAND: THE ROLE OF RELIGION IN ITALY'S MACHIAVELLI UNIFICATION PROJECT

Ivan Andrew Campos Haxton,
Alexandre de Siqueira Campos Coelho

RESUMO

O pensamento de Nicolau Maquiavel trouxe grandes contribuições para a teoria política. Um dos assuntos que mais chama a atenção em sua obra é a relação entre política e religião. Maquiavel é um dos primeiros autores a propor uma moral própria para o agir político, independente da moral religiosa. Entretanto, ressalta a importância em se preservar o sentimento religioso dentro do Estado. Com isso em mente, o objetivo do presente estudo foi investigar o papel da religião no pensamento de Maquiavel. Primeiramente, procurou-se compreender como o fenômeno religioso é visto por esse autor. Depois, foi analisada a relação entre o cristianismo, a Igreja, e a situação política da Itália no século XVI. O método empregado foi a revisão de literatura, focada nas principais obras políticas desse pensador. Para Maquiavel, a religião é criação humana, instrumento à serviço do Estado com a função de promover a ordem social e a obediência à autoridade política. Em sua obra, o conceito de Providência divina é substituído pelo de *fortuna*: retira-se assim do fenômeno religioso qualquer instância metafísica e transcendental, sobrando deste apenas o valor social e político. A chave para utilizar a religião como meio coercivo está na capacidade do governante, que deve interpretar os sinais divinos em benefício próprio, para fortalecer o Estado. O motivo pelo qual o cristianismo não desempenha essa função na Itália é, para Maquiavel, a Igreja. O comportamento corrupto do clero diminui a religiosidade dos italianos, causando a fraqueza do povo e a falta de amor à pátria.

Palavras-chave: Política; Religião; Maquiavel; Igreja.

ABSTRACT

Niccolò Machiavelli's thought made major contributions to political theory. One of the subjects that draws the most attention in his work is the relationship between politics and religion. Machiavelli is one of the first authors to propose a moral of his own for political action, regardless of religious morality. However, he emphasizes the importance of preserving religious sentiment within the State. With that in mind, the purpose of this study was to investigate the role of religion in Machiavelli's thought. First, we sought to understand how the religious phenomenon is viewed by this author. Then we analyzed the relationship between Christianity, the Church, and the political situation of Italy in 16th century. The method employed was literature review, focused on the main political works of this author. For Machiavelli, religion is a human creation, an instrument at service of State with the function of promoting social order and obedience to political authority. In Machiavelli's thought, the concept of divine Providence is replaced by the concept of fortuna. This change removes all

metaphysical and transcendental instance from the religious phenomenon, remaining only its social and political value. The key for using religion's coercive capacity lies in the ability of the ruler, who must interpret divine signs in his own benefit, in order to strengthen the State. The reason Christianity does not perform this function in Italy is, according to Machiavelli, the Church. Corrupt behavior of the clergy diminishes the religiosity of the Italians, causing the weakness of that people and the lack patriotic love.

Keywords: Politics; Religion; Machiavelli; Church.

INTRODUÇÃO

No campo da política, Nicolau Maquiavel (1469-1527), natural de Florença, é um divisor de águas, pois rompeu de maneira estrondosa com o modo de pensar à época, advogando em favor de uma política independente, não subordinada à moral tradicional e que utiliza todos os meios necessários para atingir seus objetivos, quais sejam, a obtenção e a manutenção do poder (MARCONDES, 2007). Até então, as obras de teoria política, embora diferentes entre si, tinham como ponto em comum a influência teológica: consideravam que o poder político só é legítimo se for justo e só é justo se estiver em conformidade com a vontade de Deus e a Providência (CHAUÍ, 2000).

O pensamento maquiaveliano pode ser melhor compreendido se se considerar o contexto histórico no qual foi formulado. Durante 14 anos, Maquiavel serviu à República de Florença, exercendo, a partir de 1498, o cargo de Secretário da Segunda Chancelaria. Essa função, de natureza diplomática, tinha como objetivo cuidar dos interesses do governo florentino junto a outros Estados. Maquiavel cumpriu diversas missões externas nesse período, tendo oportunidade de conviver com personalidades influentes da política e da Igreja à época, como: César Bórgia, filho do papa Alexandre VI; o rei da França, Luís XII; e o papa Júlio II. Em 1512, entretanto, tropas hispano-papais invadem Florença, derrubando o governo republicano e colocando os Médici de volta ao poder. Maquiavel então é destituído do cargo que ocupa. No ano seguinte, é preso e torturado, sob acusação de conspirar contra os Médici. Posteriormente é absolvido, porém fica proibido de entrar no palácio do governo por um ano. O florentino então exila-se em sua propriedade localizada na vila de Albergaccio, só retornando à vida pública em 1520. É durante esse período de exílio que Maquiavel escreve seus principais textos (NOGUEIRA, 2007).

A invasão a Florença e a queda do governo republicano retratam a instabilidade política daquele período. A Itália do século XVI se encontrava dividida em cinco grandes e desunidos Estados: o reino de Nápoles, ao sul; o ducado de Milão, ao noroeste; a república de Veneza, na parte nordeste; e no centro a república de Florença e os Estados Pontifícios¹. As fronteiras desses Estados eram frequentemente alteradas por meio de batalhas, casamentos, aquisições, conspirações e inclusive assassinatos (ARANHA, 1994). Para Maquiavel (1996, p. 130), a Itália, por não estar unida sob governo único, encontra-se “batida, espoliada, lacerada, invadida e tendo sofrido todo tipo de calamidade”. Isso ocorre porque “só

¹ Dessa forma, quando Maquiavel menciona a Itália ou o povo italiano, refere-se mais a uma identidade comum do que a um Estado, uma vez que, embora compartilhassem a mesma língua e cultura, os italianos eram governados por autoridades políticas diferentes.

há união e felicidade nos Estados sujeitos a um governo único e a um só príncipe, como a França e a Espanha” (MAQUIAVEL, 1979, p. 62). A instabilidade política, fruto da divisão política dos territórios italianos, é assim entendida negativamente pelo florentino.

Ademais, ao observar como os governantes de sua época se comportam, Maquiavel constata que estes, para se manter no poder, às vezes recorrem à crueldade, à mentira e à traição, agindo de forma contrária à moral vigente. É nesse sentido que afirma que “para um príncipe é necessário, querendo se manter, aprender a poder não ser bom e usar ou não usar isso, conforme precisar” (MAQUIAVEL, 1996, p. 77). O que importa na ação política, portanto, é o resultado, não importando os meios pelos quais este é alcançado, pois “nas ações dos homens, sobretudo dos príncipes, quando não há tribunal ao qual recorrer, deve-se considerar o resultado” (MAQUIAVEL, 1996, p. 90).

A obra maquiaveliana pode assim ser compreendida sob dois aspectos principais. O primeiro é o reconhecimento da especificidade da política, a qual opera sob uma moral própria, não subordinada à religião. O segundo é um grande lamento pela situação da Itália à época. Dividida e invadida por forças estrangeiras, essa região sofria de enorme instabilidade política, situação essa que levou Maquiavel ao exílio. O presente estudo se baseia nesses dois aspectos para estabelecer seu objetivo, que é investigar o papel da religião no pensamento de Maquiavel, considerando que este, embora defenda a autonomia da política, atribui grande importância à religião, pois entende que “a observância do culto divino é a fonte da grandeza dos Estados” e “a sua negligência é causa da ruína dos povos” (MAQUIAVEL, 1979, p. 59).

Para isso, inicialmente será discutido como o florentino entende o fenômeno religioso e qual a relação deste com a política. Seria Maquiavel defensor da laicidade do Estado? Depois, o estudo se debruçará sobre o cristianismo – religião predominante na época de Maquiavel – e a Igreja, investigando qual a relação destas com a situação da Itália no século XVI. Como base referencial, serão analisadas as três principais obras políticas desse pensador: “O Príncipe” (1513), os “Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio”, conhecidos como “*Discorsi*” (1519), e “A Arte da Guerra” (1521).

RELIGIÃO: INSTRUMENTO À SERVIÇO DO PODER POLÍTICO

No livro I, capítulo 10 dos “*Discorsi*”, Maquiavel (1979, p. 53) afirma que “dentre todos os mortais que já mereceram elogios, os mais dignos são os chefes ou fundadores de religiões”, da mesma forma que “merecem o ódio e a infâmia” aqueles que as destroem. A religião é entendida, portanto, como criação humana da mais elevada importância, pois seus fundadores devem ser exaltados e seus exterminadores, repreendidos. O florentino também atribui ao ser humano as mudanças de religião que ocorrem no decorrer do tempo: “Quando surge uma nova religião, seu primeiro cuidado é abafar a memória da anterior, para aumentar sua própria influência” (MAQUIAVEL, 1979, p. 215). Ademais, as lembranças do culto anterior são completamente extintas quando os criadores da nova religião falam língua diferente dos da antiga. Foi isso que o cristianismo fez com o paganismo, sendo que o primeiro só não extinguiu totalmente a lembrança do segundo porque a língua latina é comum às duas religiões (MAQUIAVEL, 1979). De acordo com Ames

(2006), através da explicação maquiaveliana, o cristianismo perde sua singularidade. Ele nada mais é do que uma religião semelhante às outras, que possui um ciclo determinado no tempo: nasce, se desenvolve e morre, seja pelas mãos do homem ou pela ação da natureza. Nessa perspectiva, cristianismo e paganismo não têm grande diferença entre si – são criações humanas que possuem um papel social determinado e que, como toda religião, se sucedem uma após a outra no curso do tempo.

Maquiavel demonstra também não crer na Providência divina, ou pelo menos, em seu papel determinante nos acontecimentos terrenos. No capítulo XXV de “O Príncipe”, ao discorrer sobre a possibilidade dos eventos do mundo serem pré-determinados por alguma força superior, comenta que muitos acreditam que as coisas do mundo são “governadas pela sorte e por Deus, que os homens, com sua prudência, não podem corrigi-las, ou melhor, não podem lhe dar remédio algum” (1996, p. 123). Entretanto, o próprio florentino discorda dessa tese, afirmando que a sorte determina apenas metade de nossas ações, sendo a outra metade regulada pelo livre-arbítrio. Além do mais, o indivíduo possuidor de *virtú*² pode amenizar ou até mesmo anular os efeitos nocivos de um evento fortuito. Para ilustrar isso é utilizado o exemplo de um rio que transborda, causando destruição por onde passa – aquele que tiver sabedoria para compreender os sinais que precedem a inundação, e a atitude para agir da forma adequada, fará o possível para evitar nova tragédia; construirá então desvios e barragens nos tempos de calmaria, com o propósito de prevenir os danos causados pela cheia. Da mesma forma age o indivíduo detentor de *virtú*: adapta seu modo de agir de acordo com as circunstâncias, prevenindo-se dos perigos futuros e não ficando refém do acaso. Essa concepção maquiaveliana rompe assim com a mentalidade medieval cristã, colocando o homem como senhor de seu próprio destino, em vez de apenas submetê-lo aos caprichos da vontade divina.

O papel secundário atribuído à Providência é exercido por outra força, oposta à *virtú*: a *fortuna*³. Ao considerar a forma como alguns eventos se desenvolvem no mundo, Maquiavel (1979, p. 291) ressalta que “muitos acontecimentos ocorrem como se os céus não tivessem querido que os evitássemos”. Cabe ao homem, então, adaptar-se às circunstâncias, em vez de tentar opor-se às forças do destino, pois “quando a sorte escolhe um homem para grandes feitos, se detém comumente num mortal de gênio, que percebe com rapidez as oportunidades que lhe são oferecidas” (MAQUIAVEL, 1979, p. 292). Aqui, o florentino procura substituir a noção que atribui os acontecimentos terrenos à vontade pessoal de um deus onipotente (Providência) pelo conjunto impessoal de variáveis imprevisíveis decorrente da atuação das forças da natureza e dos homens (*fortuna*). Para Pereira (2000), Maquiavel se aproveita de um conceito filosófico trazido pelo próprio cristianismo medieval, o livre-arbítrio, para apresentar um elemento político fundamental no pensamento renascentista, que é a exaltação do homem enquanto agente social responsável, dentro de suas limitações, por sua própria trajetória. Ao homem,

² “*Virtú*”, dentro do pensamento maquiaveliano, não se confunde com “virtude”. Enquanto “virtude”, dentro da concepção cristã medieval, remete à capacidade de suportar as privações do mundo terreno para obter a garantia da vida eterna após a morte, a “*virtú*” de Maquiavel é a habilidade de produzir mudanças no fluxo da história e realizar grandes feitos. É saber aproveitar a oportunidade com garra e atitude, a fim de obter sucesso (ARANHA, 1994).

³ “*Fortuna*” é outro conceito importante dentro do pensamento de Maquiavel. Se “*virtú*” é a habilidade para agir conforme a situação, “*fortuna*” equivale à noção de “sorte”, força do acaso, oportunidade. A *fortuna* é, portanto, o contrapeso da *virtú* (NOGUEIRA, 2007).

portanto, é vetado atribuir a causa de suas penúrias e fracassos unicamente à sorte ou à Providência divina. Os desígnios dos céus ou da natureza ficam em segundo plano em relação à ação política.

Desse modo, aponta Leinkauf (2014), Maquiavel retira toda a superestrutura metafísica e teológica da religião, não reconhecendo nela qualquer cenário Providencial, qualquer instância transcendente que prometa à humanidade uma existência eterna após a vida terrena e negando qualquer vestígio de leis teológicas que possam inspirar confiança em seus fiéis. O que resta então do fenômeno religioso? A Maquiavel não interessa defini-lo formalmente ou estabelecer suas características. Seu objetivo é evidenciar o papel político e social que a religião exerce, apontando-a como instrumento fundamental para a coesão social:

Os dirigentes de uma república ou de uma monarquia devem respeitar os fundamentos da religião nacional. Seguindo este preceito, ser-lhes-á fácil manter os sentimentos religiosos do Estado, a união e os bons costumes. Devem, ademais, favorecer tudo o que possa propagar esses sentimentos, mesmo que se trate de algo que considerem ser um erro (MAQUIAVEL, 1979, p. 61).

Assim, o líder político deve incentivar a prática da religião em seus domínios, pois ela promove no povo a harmonia social, a cooperação entre indivíduos que se consideram pertencentes a um mesmo grupo. De modo contrário, a descrença na religião é “o índice mais seguro da ruína de um país” (MAQUIAVEL, 1979, p. 62). Depreende-se daí que, onde a religião é presente, o Estado é forte e o povo unido. Já onde a fé se enfraquece, o Estado é decadente e a população corrupta. O Estado, portanto, deve promover a fé nacional, de forma que seus habitantes partilhem uma identidade comum, respeitando as tradições, códigos morais e afastando-se do comportamento corrupto.

Além desse aspecto socializador da religião, há outro que é de extrema valia para o governante, o qual é discutido no capítulo 11, livro I dos “*Discorsi*”, dedicado à fundação de Roma. Numa Pompílio, segundo rei de Roma, encontrando um povo arisco, procurou fazer com que a obediência à sua autoridade fosse observada, para que assim houvesse paz no Estado. Para implantar novas leis e instituições, Numa sentiu necessidade de recorrer à religião, pois, “de fato, nunca nenhum legislador outorgou a seu povo leis de caráter extraordinário sem apelar para a divindade, pois sem isto não seriam aceitas” (MAQUIAVEL, 1979, p. 58). Ou seja, o governante, ao perceber que seus comandos não serão aceitos pelo povo, oculta-os sob a forma de mandamento divino, para que seus súditos acreditem que, ao obedecê-los, estarão, na verdade, obedecendo à vontade divina. Foi isso que Numa fez quando alegou receber conselhos de uma ninfa, repassando-os ao povo. Este monarca só fez isso porque acreditou que, para fundar novas e excepcionais instituições, sua autoridade temporal não bastaria, sendo necessário disfarçá-la de autoridade divina. Para o florentino, tal estratégia funda-se no fato de que a maioria da população não tem sabedoria suficiente para enxergar os efeitos benéficos de novos empreendimentos, sendo necessário recorrer à religião para que sejam pacificamente aceitos.

Nesse sentido, Ames (2006) constata que foi graças à religião que o rei romano conseguiu com que a população aceitasse suas leis extraordinárias, alcançando assim a ordem e a paz. A obediência popular foi obtida sem uso da força física, isto é, a submissão à autoridade política se deu de forma pacífica, apoiada na

religião. Ora, só quem conhece a distinção entre norma política e prescrição religiosa é aquele que governa. Numa tinha ciência disso, e, habilmente, se aproveitou dessa distinção em favor do Estado. A lei civil, portanto, quando se apresenta apenas como prescrição imperativa estatal, tem eficácia muito inferior do que quando é expressa sob forma de mandamento divino. Mas como a religião exerce esse poder de coerção pacífico, que faz com que o povo obedeça à autoridade política mesmo quando não lhe parece conveniente?

Para examinar essa questão, Maquiavel analisa a fé dos romanos. Essa civilização recorreu à religião como “o agente mais poderoso da manutenção da sociedade, fundando-a sobre tais bases que nenhuma outra república demonstrou jamais maior respeito pelos deuses” (MAQUIAVEL, 1979, p. 56). Os romanos prestavam juramentos às divindades, respeitando-os até mais do que as leis, pois acreditavam “que a potência dos deuses é maior que a dos homens” (MAQUIAVEL, 1994, p. 56). Tal modo de agir se estendia a todos os segmentos da sociedade romana, tendo especial papel nos exércitos:

E como não basta o temor à lei para frear os homens armados, nem o temor pelos homens, os antigos acrescentavam a autoridade de Deus; por isso, faziam seus soldados jurarem, em cerimônias portentosas, a observação à disciplina militar, pois, se a violassem, teriam de temer não apenas as leis e os homens, mas também a Deus, e empregavam toda a indústria para enchê-los de religião (MAQUIAVEL, 2008, p. 169).

Dessa forma, ao impregnar com o temor aos deuses todos os aspectos da vida social, Roma pôde realizar seus empreendimentos mais grandiosos. Fica claro portanto que, para Maquiavel, o fundamento da religião é, conforme aponta Ames (2006), *timore di Dio*, ou seja, o medo de um Deus que, embora sozinho não seja capaz de criar um vínculo de obrigação política e social, aliado às leis e instituições pode tornar-se um instrumento capaz de provocar, tanto na população civil quanto militar, coesão social e submissão à autoridade do governante. Dessa forma, o fenômeno religioso tem significados diferentes para o príncipe e seus súditos. Para o primeiro, a religião é um instrumento político, um recurso apropriado para submeter tanto o povo como o exército às leis e à obediência. Já para os últimos, trata-se de um temor divino que fá-los respeitar as normas legais como se estas fossem mandamentos sagrados. O soberano pode valer-se assim dos sentimentos que a religião desperta para fortalecer sua autoridade sem o uso da força física.

Tal estratégia se desenvolve por meio de dois métodos: o primeiro é o recurso aos juramentos, conforme mencionado acima. O segundo, de igual importância, consiste na interpretação das escrituras sagradas e dos supostos sinais divinos – sejam eles enviados através de oráculos, presságios ou fenômenos da natureza – em benefício próprio. Maquiavel dá diversos exemplos a esse respeito, entre eles o do rei da França, Carlos VII, que “na guerra que travou contra os ingleses, dizia aconselhar-se com uma menina [trata-se de Joana D’Arc] enviada por Deus, que foi chamada por todos os cantos de a Pucela da França, o foi a razão de sua vitória” (MAQUIAVEL, 2008, p. 134). Os capitães antigos também são elogiados por interpretarem a seu favor os eventos naturais grandiosos que lhes apareciam. Sobre esse assunto, Maquiavel conta que:

Se um raio caísse sobre o exército, se o sol ou a lua escurecessem, se vinha um terremoto, se o capitão caísse ao

montar ou apejar do cavalo, isso era interpretado pelos soldados funestamente e provocava tanto medo neles que, ao ir à batalha, facilmente a perdiam. Por isso os antigos capitães, assim que um evento desses aparecia, ou eles mostravam sua causa e o reduziam a uma motivação natural, ou eles o interpretavam a seu favor (MAQUIAVEL, 2008, p. 177).

É importante enfatizar que, para o florentino, a vitória da França ou das legiões antigas não se deu em função de uma intervenção divina, materializada ora por Joana D'Arc, ora pelos fenômenos naturais, mas sim pela *virtú* de seus líderes, que souberam interpretar os elementos de caráter religioso que lhes apareciam, convencendo seus soldados de que a vitória na guerra fazia parte da vontade dos céus. É, portanto, a *interpretação* da religião – e não qualquer característica intrínseca a ela – o ponto fundamental para poder utilizá-la de modo a engrandecer o Estado.

Tanto a utilização dos oráculos como a dos eventos naturais funda-se naquilo que Ames (2006, p. 60) chama de "comunicação da vontade divina aos homens". Maquiavel (1979, p. 179) não se ocupa em examinar se as revelações divinas são verdadeiras ou não, pois para explicá-las seria necessário "ter das coisas naturais e sobrenaturais um conhecimento que não possuímos". Interessa-lhe de fato a interpretação, por parte de quem comanda, dos sinais encarados pelo povo como expressões da vontade divina. Como esses sinais jamais se apresentam de maneira clara e objetiva, é sempre através de uma linguagem codificada que o celestial se apresenta ao humano, requerendo assim a intervenção de um intérprete. Este dá então aos sinais o significado que melhor lhe convém.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, para Maquiavel (1979, p. 312) a religião é "ordem social", uma estimuladora de coesão e solidariedade e, entendida a partir do ponto de vista do poder político, um instrumento para governar o povo sem o uso da força física. É unicamente o aspecto "exterior" da religião que deve funcionar, independente da veracidade de seus dogmas, pois o parâmetro para julgá-la é finalístico, ou seja, considera-se apenas se o resultado almejado foi alcançado ou não (LEINKAUF, 2014).

A religião é assim, dentro da concepção maquiaveliana, criação humana com função sócio-política: promover nos fiéis a solidariedade e a harmonia sociais, por um lado, e a obediência ao poder político, por outro. Considerando que a religião predominante no período histórico de Maquiavel é o cristianismo, torna-se imperativo examinar de que forma essa fé se insere no contexto político da Itália à época.

CRISTIANISMO, IGREJA E A ITÁLIA DIVIDIDA

Num primeiro momento, Maquiavel (1979) parece tecer críticas à religião cristã e elogios ao paganismo antigo, contando, no segundo capítulo do livro II dos "*Discorsi*", que o amor à liberdade era maior nos povos antigos, e como os homens daquele tempo eram mais firmes. A razão disso é a diferença entre a educação e a religião antigas e as da era cristã. Enquanto o paganismo considera a glória terrena o bem supremo, estimulando sua busca, e valoriza os grandes feitos e o vigor físico, o cristianismo inclina os homens à contemplação, santificando os humildes e aqueles que conseguem resistir aos males do mundo, na espera da salvação após a morte. Assim, para Maquiavel, a moral cristã torna os homens mais passivos e

fracos, deixando o caminho livre para os malfeitores; estes sabem que podem exercer a opressão sem resistência, pois o povo permite-se sofrer qualquer injustiça sem revide, na esperança de conquistar um lugar no céu.

Pela análise isolada desse trecho, infere-se que Maquiavel enxerga a moral e a educação cristãs de forma negativa, responsabilizando-as pela inferioridade dos indivíduos de sua época quando comparados aos da Antiguidade. Porém, conforme o argumento se desenvolve, é possível perceber que, na verdade, a moral cristã vigente é apenas consequência de causa anterior, que é a interpretação errônea da religião. Assim, a desaprovação do florentino não é direcionada ao cristianismo em si, mas sim àqueles que o interpretam:

Contudo, se os homens perderam a fibra, e se os céus não impõem mais a guerra, estas transformações se originam na covardia dos que interpretam a religião de acordo com a sua fraqueza, e não segundo a *virtú* verdadeira; se se levasse em conta que a fé permite a grandeza e a defesa da pátria, ver-se-ia que é compatível com a boa religião amar e honrar a pátria, e nos prepararíamos para defendê-la (MAQUIAVEL, 1979, p. 206).

De acordo com Tarcov (2014), aqui Maquiavel parece absolver o cristianismo da responsabilidade pela situação desfavorável da Itália, apresentando-se então como um pregador do retorno ao verdadeiro cristianismo, de cunho patriótico, e como um inimigo das “falsas interpretações” da religião cristã. Esse pensamento é corroborado por Ames (2006), quando este argumenta que a crítica maquiaveliana não é direcionada ao cristianismo em si, mas sim ao modo como a religião cristã foi ensinada através dos séculos. Ela foi se afastando das coisas terrenas, levando os indivíduos à contemplação e à submissão diante das injustiças. Considerando que os responsáveis pelo ensino da religião à época eram as autoridades eclesiásticas, a objeção que Maquiavel faz, na verdade, é uma reprovação às políticas do papado (POCOCK, 2010).

O cristianismo em si, portanto, não apresenta características que o impeçam de exercer a função social e política preconizada por Maquiavel. Para que isso ocorra, entretanto, é preciso modificar a maneira como a fé cristã é ensinada. Em vez de valorizar a passividade e a humildade, ela deve despertar nos italianos o amor pela pátria, unindo-os sob uma identidade e objetivo comuns e levando-os a lutar contra os invasores estrangeiros. Desse modo, o cristianismo pode promover a *virtú* popular que Maquiavel tanto admira na religião dos romanos. Essa função coesiva que a fé cristã pode exercer, porém, não deve se restringir ao povo, devendo abarcar também aqueles que detêm o poder ou procuram conquistá-lo.

Tal concepção fica clara no último capítulo de “*O Príncipe*”, onde Maquiavel faz um chamado entusiasmado à Lourenço II de Médici (governante ao qual tal obra é dedicada) para que este se torne o novo soberano da Itália, unificando-a sob seu comando. Nele, conta como a Itália se encontra desesperada, não encontrando “alguém em quem ela possa esperar fora de vossa ilustre casa [os Médici], a qual, com sua *fortuna* e *virtú*, favorecida por Deus e pela Igreja, da qual ora é príncipe, pode levá-la à esta redenção” (MAQUIAVEL, 1996, p. 130). Assim, o florentino procura convencer Lourenço de que a unificação dos territórios italianos faz parte da vontade divina, e de que ele, Lourenço, integrante da poderosa família Médici, é o escolhido para empreendê-la. É como se Deus tivesse em seus planos o surgimento

do Estado italiano: sentimento religioso e sentimento patriótico assim se confundem em prol de um mesmo objetivo político. Contudo, Maquiavel (1996, p. 131) se mantém fiel a seu pensamento, afirmando em seguida que “Deus não quer fazer tudo, para não nos tolher o livre arbítrio e a parte da glória que cabe a nós”. Assim, mesmo quando os céus favorecem determinada empreitada, o que determina seu sucesso é a *virtú* daquele que se propõe a realizá-la.

O último capítulo de “*O Príncipe*” difere bastante do restante da obra. Em contraste à linguagem utilizada no restante do livro, calculista e amena, esta última parte contém um discurso religioso inflamado (TARCOV, 2014). Nela, o pensador florentino menciona Deus diversas vezes (um total de seis), ora pedindo-lhe que liberte a Itália dos bárbaros e abençoe a casa dos Médici, ora atribuindo à Sua vontade os fatos extraordinários ocorridos à época. Cortina (2000) salienta que esse contraste ocorre porque a parte final da obra tem como objetivo seduzir o destinatário (Lourenço II de Médici) a empregar os conhecimentos contidos no texto, no sentido de despertar-lhe uma noção de dever patriótico para com o projeto de unificação da Itália. O cristianismo é assim utilizado com a intenção de unir devoção religiosa e devoção patriótica em um mesmo sentimento.

É possível perceber, portanto, que Maquiavel não difere sistemas religiosos quanto à capacidade de promover coesão social e obediência política, sendo essa dupla função inerente a qualquer fé, desde que utilizada da maneira correta. Os dogmas e preceitos morais derivados de cada crença religiosa, embora difiram entre si, são secundários: basta interpretá-los de modo a favorecer os objetivos daquele que detém o poder, agindo em prol do bem comum. Maquiavel defende assim uma espécie de “interpretação patriótica do cristianismo” (TARCOV, 2014, p. 213), subordinando-o aos interesses do Estado. O único obstáculo para que a fé cristã desempenhe corretamente sua função é a Igreja, a qual é criticada abertamente ao longo de toda a obra maquiaveliana.

Para Maquiavel, o clero não só é responsável pela passividade do povo italiano, mas também pela sua falta de fé, causa primeira da decadência do Estado. O florentino faz uma dura crítica ao comportamento do clero na Itália e à interferência da Igreja nos assuntos políticos:

Em primeiro lugar, os maus exemplos da corte romana extinguiram, neste país, a devoção e a religião, que trouxe como consequência muitos inconvenientes e distúrbios. E como em toda a parte onde reina a religião se acredita na prevalência do bem, pela mesma razão se deve supor a presença do mal nos lugares onde ela desapareceu. É, portanto, à Igreja e aos sacerdotes que os italianos devemos o estar vivendo sem religião e sem moral; e lhes devemos uma obrigação ainda maior, que é a fonte da nossa ruína: a Igreja tem promovido incessantemente a divisão neste malfadado país – e ainda a promove (MAQUIAVEL, 1979, p. 62).

Além de ensinar o cristianismo de acordo com uma interpretação que Maquiavel considera ineficaz – estimulando nos fiéis a passividade e a tolerância à injustiça – o clero, com sua conduta corrupta⁴, desestimula a religiosidade do povo.

⁴ Aranha (1994) aponta que as críticas feitas contra a Igreja à época eram baseadas na acusação de simonia (venda e compra de coisas espirituais, como indulgências, sacramentos e cargos eclesiásticos).

Ora, para que a religião se mantenha forte numa sociedade, é necessário que seus representantes ajam de acordo com os mandamentos professados pela fé que defendem. A partir do momento em que os sacerdotes agem de forma mundana, “tomando o partido dos poderosos”, os fiéis tornam-se “menos crédulos, mostrando-se dispostos a contestar a ordem estabelecida” (MAQUIAVEL, 1979, p. 61). A religião então perde sua função social. Tal comportamento é exemplificado quando o florentino cita o papa Alexandre VI, “que nunca fez outra coisa, nunca pensou em outra coisa fora enganar os homens e sempre encontrou quem lhe permitisse fazê-lo” (MAQUIAVEL, 1996, p. 88). A conduta reprovável do papa enfraquece assim a fé de seus seguidores.

Para o florentino, a Igreja se comporta dessa maneira porque desviou-se do caminho estabelecido pelo seu fundador, afastando-se de seus princípios. Isso ocorreu a partir do momento em que o clero experimentou “o poder temporal”, afastando-se assim de sua missão espiritual (MAQUIAVEL, 1979, p. 62). Ou seja, os líderes religiosos, ao adentrarem na esfera política, corrompem-se, e ao se corromperem, enfraquecem o sentimento religioso da população. Essa atitude é duplamente reprovável porque o esmorecimento da fé cristã é causado justamente por aqueles que deveriam protegê-la (AMES, 2006). Prova disso é que “os povos mais próximos da Igreja Romana”, a sede do cristianismo, “são justamente os menos religiosos” (MAQUIAVEL, 1979, p. 62). Considerando que a ausência de religião leva à ruína do Estado, é possível compreender o motivo pelo qual o florentino atribui à Igreja a culpa pela situação da Itália. As críticas ao clero, porém, não terminam por aí.

Se, por um lado, a conduta do sacerdócio cristão corrompe o povo, por outro, sua atuação política promove a divisão dos territórios italianos. Para Maquiavel (1979, p. 63), embora seja forte o bastante para impedir que outros países tomem posse da Itália, a Igreja não tem o poder e a coragem para reuni-la sob um só governante, mantendo-a “dividida entre vários príncipes ou senhores”. Isso ocorre porque os papas, indica Ames (2006), para satisfazer sua ganância, utilizaram métodos de enfraquecimento na Itália, beneficiando países vizinhos. Para assegurar suas conquistas, os pontífices convocavam em seu auxílio potências estrangeiras, que frequentemente invadiam os territórios italianos. Disso resultou enorme instabilidade política na região, da qual o próprio Maquiavel foi vítima. Assim, a atuação política do clero contribui para a situação decadente dos Estados italianos: promovendo sua desunião, os enfraquecem e os expõem a qualquer tirano que deles queira tirar proveito.

Os resultados negativos da atuação dos membros da Igreja têm um motivo: estes não possuem capacidade política para empreender projetos dessa natureza, pois usufruem de privilégios que os outros governantes não têm. Devido ao respeito imposto pela religião, seus próprios territórios, os Estados papais, nunca são atacados. Ao analisá-los, Maquiavel (1996, p. 57) afirma:

São conquistados por valor ou por sorte e podem ser mantidos sem um ou outra. São sustentados pelas leis antigas da religião e são tão poderosos e fortes que mantêm o próprio príncipe no governo, seja qual for o seu modo de vida ou o seu comportamento. Esses príncipes possuem o Estado e não o defendem; têm súditos e não os governam. Os Estados, mesmo indefesos não lhes são tirados. Os súditos, mesmo não sendo governados, não se preocupam nem pensam em se

separar de seu príncipe. Portanto, somente esses principados são seguros e felizes.

Para o florentino, mesmo não observando os princípios mínimos necessários para a manutenção da soberania em seus domínios, os papas mantêm sua hegemonia política intocada, hegemonia esta alicerçada no respeito à Igreja enquanto representante máxima do cristianismo. Ora, aquele que teme a Deus nunca atacaria o representante da religião que segue, mesmo tendo todos os motivos para isso. Segundo Pereira (2000), Maquiavel demonstra indignação com os governantes eclesiásticos justamente pelo fato destes ficarem muito tempo no comando do Estado, em razão da adoração e da autoridade que a religião lhes outorga, mesmo sendo administradores políticos medíocres. Daí resulta que, justamente por não serem atacados, os líderes religiosos desenvolvem uma noção deturpada de como se desenvolve o jogo político.

Portanto, a crítica maquiaveliana sobre a Igreja gira em torno de três argumentos. O primeiro é que o comportamento corrupto do clero diminui o sentimento religioso dos fiéis, pois estes passam a duvidar da índole da autoridade religiosa. Isso torna-se danoso para o Estado, porque onde a religião se enfraquece, se instalam os maus costumes e a desunião. O segundo diz respeito à atuação política da Igreja, que, embora tenha poder para impedir a submissão da Itália a forças estrangeiras, impede que ela se unifique sob um governo único. Já o último argumento aponta a incapacidade política dos líderes religiosos. Como estes nunca são atacados – pois se beneficiam do temor concernente à todas as coisas sagradas – desenvolvem uma visão equivocada do jogo político.

Em suma, para Maquiavel, a religião – inclusive o cristianismo, ou uma interpretação patriótica dele – é a base na qual toda ordem social se apoia. Sem ela, a corrupção e a desunião se generalizam, causando a decadência da sociedade e a ruína do Estado. Não há, na sua essência, nada que torne uma religião melhor que outra: é o papel que ela desempenha no meio social que a torna benéfica ou não. A religião cumpre seu papel quando promove nos fiéis o amor pela pátria, o sentimento de solidariedade e o temor pelas coisas divinas. Quando um país possui essas características, o Estado é forte e a população é feliz. Entretanto, quando isso não é observado, e aqueles que protegem a fé fazem de tudo pra enfraquecê-la, o caos se instala, o povo se corrompe e o Estado se debilita. Daí a crítica de Maquiavel à Igreja: ela deveria cumprir exclusivamente sua missão espiritual, promovendo a fé e mantendo-se alheia a questões políticas.

Maquiavel atribui assim à Igreja a responsabilidade pela situação desfavorável da Itália de seu tempo. Para que a vulnerabilidade política dos territórios italianos seja superada, defende que estes se unifiquem sob governo único. Para isso, a Igreja deve abandonar sua ambição política, e em vez disso, promover a fé cristã, ensinando-a de modo a despertar nos italianos o amor pela pátria, sentimento indispensável para a formação de uma identidade nacional comum. O florentino subordina assim a religião a interesses políticos (no caso específico, a criação do Estado nacional italiano), cabendo à Igreja desempenhar o papel determinado a ela pelo Estado. Nesse sentido, não se pode afirmar que Maquiavel defenda a laicidade do Estado, pois, conforme aponta Abbagnano (2007), esta consiste em independência entre religião e política, e não a submissão da primeira à segunda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, é possível compreender que, para Maquiavel, a religião é instrumento social à serviço do poder. Em sua concepção, não há religião mais verdadeira que outra: todas são criações humanas, julgadas de acordo com os resultados que alcançam na esfera política. O florentino também não se preocupa em investigar se os dogmas de cada fé são verdadeiros ou não, pois, segundo ele, a única força sobre-humana capaz de interferir nos acontecimentos terrenos é a *fortuna*, e mesmo assim ela só prejudica os despreparados, aqueles que não têm *virtú* suficiente para se prevenir de seus efeitos. Todo o aspecto metafísico do fenômeno religioso é então retirado, restando-lhe apenas o valor social e político.

Do ponto de vista social, a religião estimula a coesão interna de um povo, unindo-o pelo amor à pátria e pela noção comum de pertencimento; na dimensão política, submete os governados à autoridade do governante. Para que essa dominação se concretize, entretanto, é necessário que aquele que detém o poder saiba utilizar a religião em benefício do Estado, mascarando as ordens estatais como se fossem prescrições divinas. Os modos de fazer isso são a prestação obrigatória de juramentos e a interpretação dos textos sagrados e fenômenos naturais.

O florentino eleva a política acima da religião, desenvolvendo uma moral para a primeira que se sobrepõe à da segunda. A moral política se fundamenta na sobrevivência do Estado, não importando os meios pelos quais ela se efetiva. Seu preceito fundamental é a devoção à pátria. No contexto do projeto maquiaveliano de unificação da Itália, isso significa que cabe à Igreja ensinar a religião de forma a desenvolver nos italianos a devoção patriótica, a união e os bons costumes, formando assim uma identidade comum, base social para a criação de um Estado italiano único.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AMES, J. L. Religião e política no pensamento de Maquiavel. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 47, n. 113, p. 51-72, jan./jun., 2006.

ARANHA, M. L. A. **Maquiavel: A lógica da força**. São Paulo: Moderna, 1994.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CORTINA, A. **O príncipe de Maquiavel e seus leitores: uma investigação sobre o processo de leitura**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LEINKAUF, T. O conceito de religião no início da filosofia moderna, três exemplos: Maquiavel, Cardano e Bruno. **Conjectura: filosofia e educação**, Caxias do Sul, v. 19, n. 3, p. 14-35, set./dez., 2014.

MAQUIAVEL, N. **A arte da guerra**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

_____. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

_____. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos à Wittgenstein. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

NOGUEIRA, O. C. **Introdução à Filosofia Política**. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2007.

PEREIRA, J. F. Maquiavel: um pensador medieval ou moderno? **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 22, n. 1, p. 255-260, jan./dez., 2000.

POCOCK, J. G. A. Machiavelli and Rome: the republic as ideal and as history. In: NAJEMY, J. M. (Org.). **The Cambridge companion to Machiavelli**. Cambridge: University Press, 2010. p. 144-156.

TARCOV, N. Machiavelli's critique of religion. **Social Research**, New York, v. 84, n. 1, p. 193-216, abr./jun., 2014.